

# A DESCRIÇÃO DAS LÍNGUAS ‘EXÓTICAS’ E A TAREFA DE ESCREVER A HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA

Cristina ALTMAN

Universidade de São Paulo (USP)

## Introdução

Do ponto de vista da história do conhecimento sobre a natureza da linguagem, ninguém negaria que o contato do homem europeu com a diversidade linguística ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX trouxe uma contribuição considerável ao alargamento — quantitativo e qualitativo — do conhecimento empírico sobre as línguas (cf. Swiggers 1997, Law 2003). Ao longo de quatro séculos, franciscanos, dominicanos, agostinianos e, principalmente, jesuítas participaram da empresa colonial americana com o objetivo de exercer a dupla função do trabalho missionário: catequese e ensino da leitura e escrita. Não por acaso, já que a condição, oficial ao menos, para que tanto Portugal quanto Espanha pudessem expandir seus domínios territoriais era ampliar a fé católica, o que significava granjear fiéis em cada canto do mundo e, por suposto, em cada língua. A missão de conversão religiosa passava, pois, pela tarefa prévia de fazer a mensagem religiosa ser compreendida pela população ‘infel’, fosse através da tradução da bíblia e do auxílio de intérpretes — estratégia preferida pelos protestantes — fosse através da aprendizagem e utilização da língua nativa — estratégia preferida do missionário católico.

Em consequência, e diferentemente do Budismo e do Islamismo, que também enfrentaram em outros séculos o desafio de propagarem sua fé (v. Ostler 2003), as missões cristãs, principalmente as católicas, se tornaram bastante sofisticadas na tarefa de elaborar instrumentos pedagógicos para o estudo das línguas dos territórios a serem colonizados,

sobretudo gramáticas, vocabulários, dicionários, catecismos. Em muitos casos, essa documentação é o único testemunho que temos da existência de centenas de línguas, muitas delas hoje extintas, tanto da América, quanto da África, da Ásia e das ilhas do Pacífico.

Podemos vislumbrar o volume do trabalho desses missionários através dos números apresentados por Wonderly & Nida (1963: 117) sobre a produção hispano-americana. Só para o século XVI afirmam ter registrado 212 trabalhos de missionários. Desses, 30 sobre línguas sul-americanas; 27 sobre línguas da América Central e 155 sobre o México, sendo que o Náhuatl clássico, língua dos astecas do México central, foi a mais representada, com 92 trabalhos. No século XVII, registraram mais de 250 trabalhos sobre as mesmas línguas; no XVIII, 210. Se incluirmos nessa conta as gramáticas missionárias escritas no período colonial sobre as línguas asiáticas (por ex.: japonês, chinês, vietnamita; línguas filipinas: tagala, bisaya, pampango, iloko, pangasinán, ibanag; indianas: tamil), além das africanas e australianas, esse número cresce sensacionalmente (cf. Ridruejo 2000; Zwartjies & Hovdhaugen 2003. Zwartjes & Altman 2005, Zwartjes, James e Ridruejo 2007). Trata-se de uma produção respeitável.

Entretanto, quando se buscam informações em nossa historiografia oficial sobre a eventual contribuição para a linguística geral dos três ou quatro séculos de copiosa coleta de dados de 'línguas exóticas', levada a cabo pelos missionários sul-americanos, nos surpreendemos pela parcimônia das referências. Raras são, nos manuais tradicionais de história da linguística, isto é, naqueles elaborados por linguistas não especialistas em americanística<sup>1</sup> referências mais detalhadas sobre as contribuições, por exemplo, do *Saggio di Storia Americana* (Roma, 1780-1784, 4 vols.), de Filippo Salvatore Gilij (1721-1789), ou sobre o monumental *Catálogo* (1ª. ed Cesena, 1785), de Lorenzo Hervás y Panduro (1735–1809) que,

<sup>1</sup> Há, sem dúvida, uma respeitável literatura bibliográfica sobre a produção americanista — por ex. Backer & Backer 1869-1876, Mendiburu 1874-1890, Muñoz y Manzano 1892, Pastells 1912-1915, Leite 1938, Tovar 1961, Meliá et al. 1987 — que não supre, entretanto, o interesse em se preservar um *corpus* de textos e não oferece (e nem é seu objetivo oferecer) uma discussão sobre sua configuração teórica.

ao compilar exaustivamente a produção gramatical jesuítica, constituiu um precioso banco de dados de línguas do mundo todo.

Neste sentido, um dos desafios do historiógrafo interessado nas tradições linguísticas latino-americanas é tentar reconstruir e, se possível, explicar, como e por que, no processo de seleção das idéias e práticas linguísticas que efetua, certas tradições de estudo, como, por exemplo, o da chamada linguística missionária, teriam sido subestimadas (para não dizer excluídas, em uma interpretação mais forte) da historiografia linguística canônica, pelo menos até a segunda metade do século XX.

Na presente intervenção, a partir de um conjunto de reflexões que tenho acumulado ao longo de todos esses anos dedicados ao estudo da linguística feita no Brasil (especialmente Altman 1993, 1996a e b, 1997a e b, 1998a e b, 2001, 2003, 2007 e 2009) chamo a atenção para certos aspectos pertinentes, a meu ver, à tarefa de escrever sua historiografia. Meus parâmetros de observação serão, principalmente, aqueles relativos às inevitáveis pressões das visões do momento sobre o linguista interessado em historiografar o passado da sua disciplina.

*Algumas notícias sobre a produção linguística 'colonial-missionária' sul-americana.*

No que diz respeito especificamente à América Portuguesa, ainda que seus interesses e os da América Espanhola fossem em grande parte coincidentes <sup>3</sup>/<sub>4</sub> ao menos oficialmente formaram uma só coroa sob o domínio espanhol entre 1580 e 1640 <sup>3</sup>/<sub>4</sub> a produção linguística de ambas as colônias foi bastante desigual. As gramáticas da América Espanhola foram bem mais numerosas, certamente devido a uma política de ensino de línguas indígenas bem mais agressiva (cf. os três Concílios Limenses em 1551, 1567 e 1582–1583) do que a da América Portuguesa, cujos interesses estavam, neste momento, mais a Oriente. Observe-se, ainda, que a cidade do México possuía imprensa própria desde 1539 (Sedola 1994: 86) e Lima (=Ciudad de los Reyes) já contava com uma Universidade desde 1551, com uma cátedra de língua indígena desde 1580 e, desde 1582, também com imprensa própria (Cerrón-Palomino 1997: 198).

O Brasil, ao contrário, só teria sua própria casa impressora no início do século XIX, e uma cátedra para o estudo do Tupi antigo só no século XX. Não é de se estranhar, pois, que, das eventuais centenas de línguas originalmente existentes em território português nos séculos XVI e XVII (Rodrigues 1993, 1994), só tenhamos tido a descrição gramatical de duas delas, como é sabido: do Tupi (=Tupinambá), elaboradas pelos jesuítas José de Anchieta (1534–1597), e Luís Figueira (1575–1643) e do Kiriri, elaborada pelo também jesuíta Luis Vincencio Mamiani (1652–1730) (cf. Anchieta 1990[1595]; Figueira 1621 e Mamiani 1877 [1699]), todas escritas em português e publicadas, pela primeira vez, em Portugal.<sup>2</sup>

Guardadas as devidas proporções, entretanto, é razoável imaginar que, para ambas as Américas, tanto a Espanhola quanto a Portuguesa, as línguas locais das várias 'nações' americanas também fossem alvo de curiosidade por parte dos europeus e, em consequência, objeto de coleções, ao lado de plantas, animais, costumes e instituições 'exóticas' (cf. a extensa literatura dos viajantes em Gimenes 1999). O domínio de todas essas línguas era indispensável ao sucesso da empresa colonial, o que favoreceu a implantação de uma série de medidas que visassem ao conhecimento (e, por extensão, ao controle) da heterogeneidade linguística das Colônias. Na medida em que os missionários foram sentindo a necessidade de também documentar a dialeção das línguas

<sup>2</sup> Há referências a um trabalho conjunto dos P. José de Anchieta e P. Manuel Viegas (1533–1608) sobre a língua dos índios *maromomi* (= *maromemim*, *marumimi*, *guarumimim*, *guarulbo*) de que não restou cópia (Rodrigues 1998: 61). Quanto aos vocabulários, seria preciso acrescentar a este elenco: Anônimo. 1938[1621]. *Vocabulário na língua brasilica*. Manuscrito Português-Tupi do séc. XVII coord. e pref. por Plínio Ayrosa. São Paulo: Departamento de Cultura. (2a ed., Boletins 137 e 164 da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1952 e 1953.); Anônimo. 1771 (ms. inédito). *Dicionario da lingua geral do Brasil que se falla em todas as villas, lugares e aldeas deste vastissimo Estado*. [Escrito na cidade do Pará, anno 1771]. Coimbra: Universidade de Coimbra, ms. 81; Anônimo. 1751 (ms. inédito). *Dicionário português-brasiliano e brasiliano-português*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ms. I-1, 1, 14; Anônimo. 1795 (1ª edição). *Dicionário português-brasiliano e brasiliano-português*. Lisboa: Officina Patriarcal; Ayrosa, Plínio. 1934. *Dicionário português-brasiliano e brasiliano-português*. [Reimpressão da 1ª. parte da edição de 1795 (Lisboa: Officina Patriarcal, ano MDCCXCV. Com licença, sem designação do autor), seguida da 2ª. parte, até então inédita, ordenada e prefaciada por Plínio M. da Silva Ayrosa]. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, tomo XVIII.

gerais, ao longo do século XVII e início do século XVIII, bem como a diversidade das línguas regionais e locais, várias outras gramáticas de outras línguas sul-americanas surgiram nos mesmos moldes. O Catálogo de Hervás, na sua versão espanhola de 1800, menciona 218 designações diferentes, relativas a línguas e a dialetos que hoje situaríamos no território sul-americano. (Parada 2002). Em quatro séculos, a empresa missionária colonial acumulara informação sobre a diversidade linguística americana o suficiente para notar o quanto poderia haver de ‘afinidade’ e de ‘divergência’ entre as línguas: na pronúncia, no vocabulário e, nos termos de Hervás, também no seu ‘artifício gramatical’.

Com efeito, a produção gramatical do período dito renascentista se caracterizou, de maneira geral, pela procura de princípios ou regras, i.e., pela busca de regularidades nas variedades a serem descritas; pela transferência do modelo gramatical latino — já parcialmente adaptado, por sua vez, da gramática grega — à descrição dos vernáculos, e readaptados, ainda uma vez, à descrição das chamadas línguas exóticas; pela mesma estruturação atribuída à fonologia e à morfologia, que se completa pela descrição de uma rotina de uso da língua (usage) (v. Swiggers 1997, Auroux 1992a e b):

As gramáticas das línguas ‘exóticas’, sejam americanas ou asiáticas, não constituíram exceção a esse cânone. Às regras de pronúncia das línguas, seguiam-se, com poucas variações, regras de declinação dos nomes, adjetivos e pronomes; regras de formação e conjugação de verbos e uma lista das ‘outras partes da oração’, via de regra constituída de preposições, advérbios, interjeições e conjunções. O estudo da palavra no contexto dessas gramáticas assumiu a feição de uma morfossintaxe e a sintaxe propriamente dita consistiu, frequentemente, em uma prática cujas ‘regras’ se reduziam a hábitos de repetição, de ‘maneiras de dizer’ que era preciso memorizar.

Esse mesmo procedimento aplicado à descrição das variedades nacionais européias, das línguas africanas, asiáticas e americanas viabilizava, por hipótese, pela primeira vez, o cotejo de dados equivalentes

de línguas, mesmo que geográfica ou historicamente dispersas. Adequada ou não, a prática missionária de registrar as línguas nativas americanas em forma de vocabulários e gramáticas, nos mesmos moldes, possibilitou a Hervás, trezentos anos depois das primeiras descrições dessas línguas, compará-las, classificá-las, e colocá-las em perspectiva histórica. Para este autor, e para o tipo de estudo comparativo que efetuou, seria preciso verificar, além da história dos povos que falaram essas línguas, também seu vocabulário fundamental e as regras de estrutura gramatical (Parada 2002 e Parada e Altman 2000). Tarefa perfeitamente viável, já que a concentração de jesuítas expulsos de todos os territórios espanhóis e portugueses em Roma a partir de 1759, onde já se encontrava Hervás, significou também a concentração privilegiada, em um único lugar, de trezentos anos de know how de descrição gramatical.

## **1. O registro dessa produção em nossa historiografia linguística**

Na sua *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras* (Mattoso Câmara 1977), que reúne o conjunto de dez palestras que proferiu em 1960 no Museu Nacional, Mattoso Câmara descartou essa herança descritiva do nosso horizonte de retrospectão, na medida em que qualificou — não sem certa dose de razão — essa linguística missionária de utilitária, centrada na comunicação com os nativos para fim de propaganda religiosa, diferente daquela que seria feita por um linguista moderno, objetiva e desinteressada em seus propósitos (p. 101). Na sua avaliação, o contexto colonial era favorável ao surgimento de uma língua franca, variedade simplificada da língua originalmente falada no Brasil, que fora o objeto das primeiras descrições dos jesuítas, cujo intento último era o 'disciplinamento' da língua da terra que ascenderia, dessa maneira, à desejável estrutura da língua latina. O resultado foi, na interpretação de Mattoso, uma língua quase artificial: o Tupi Jesuítico, ou Missionário,

distanciado do Tupi natural que lhe serviu de base. Nos seus termos: “*o missionário linguista foi catequético tanto quanto o missionário religioso. Da mesma sorte que se queria melhorar os costumes, o espírito, a moral, a religião do índio, também se pretendia melhorar-lhe a língua*”, moldando-a ao latim (Mattoso Câmara 1977: 102). O campo de estudo das línguas indígenas dividia-se, assim, para Mattoso, entre uma linguística Tupi, “*ou estudo objetivo da língua em todas as suas manifestações e especialmente as orais,*” ainda por ser feito, e uma filologia Tupi, “*interessada na literatura de intenção religiosa criada em Tupi pelos missionários.*” (*id. ib.* 106)

Por um lado, é inegável que as gramáticas coloniais, aí inclusas as gramáticas missionárias, se organizaram como reza certa tradição latina. Não poderia ser diferente, aliás, dado o momento histórico em que foram produzidas. Embora os missionários-linguistas da tradição gramatical em língua portuguesa não tenham explicitado o modelo que lhes serviu de referência — ao contrário dos seus colegas espanhóis que sempre renderam tributo explícito à Elio Antonio de Nebrija (1441/44–1522) — o que especialistas geralmente admitem (*cf.* Rosa 1995, Zwartjes 2002, Tashiro 2003) é que a principal referência dos missionários-linguistas da tradição portuguesa<sup>3</sup> tenha sido o *De Institutione grammatica*, 1<sup>a</sup>. ed de 1572, de Manuel Álvares, S. J. (1526–1582), escrita sob encomenda para a Ordem, embora não se possam descartar outras possibilidades, como a gramática de Johannes Despauterius (c.1460–1520), que logo substituiria a de Álvares na preferência dos jesuítas (Zwartjes 2002: 29). Seja como for, o modelo de gramática que regeu a tradição descritiva do Tupinambá — e que designaremos aqui, de forma genérica, como ‘modelo latino de referência’ — é aquele que se erige em oito partes da oração: nome, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, interjeição, conjunção, basicamente o mesmo proposto por Donatus (metade séc. IV), Priscianus

---

<sup>3</sup> A despeito do fato de Anchieta ser, a rigor, espanhol, uma vez que nasceu, em 1534, em Tenerife. Mas estudou em Coimbra entre 1548 e 1551 (Rodrigues 1997: 373) e, uma vez no Brasil, aos 19 anos, reportou-se sempre ao ramo português da Cia. de Jesus, até sua morte em Lisboa, em 1597.

(final séc. V, início séc. VI), Nebrija (1481[1481]) e Despauterius (1528), embora não obrigatoriamente nesta mesma ordem de apresentação, nem com exatamente o mesmo número de 'acidentes' (Robins 1986; Colombat 1988).<sup>4</sup>

Acrescente-se, ainda, que reconhecer o modelo latino como forma a partir da qual todas essas gramáticas se constituíram não deve implicar, entretanto, que havia um modelo 'latino' único. É interessante notar neste sentido que, diferentemente de Portugal e Espanha, a linha de reflexão sobre a linguagem em boa parte da Europa, neste momento, ia na direção de uma gramática filosófica, escolástica, baseada na lógica — cf. *inter alia* os gramáticos-filósofos de Port Royal e, por exemplo, Francisco Sánchez de las Brozas (1523–1601), *El Brocense*, de leitura proibida, aliás, na Ibéria do final do século XVI (Zimmermann 1997: 14). Neste quadro de trabalho, como se sabe, a questão da diversidade linguística se colocou de outra maneira. Aqui emergiram programas de investigação que propunham a construção de sistemas universais de comunicação, ou de sistemas de organicidade perfeita (v. Eco 1995), ou a construção de teorias dos elementos comuns, universais a todas as línguas, para além do seu uso individual e histórico. Não houve interesse, nesta tradição 'universalista', na comparação linguística 'empírica', a não ser já ao final do século XX, quando a diversidade estrutural, intra-sistêmica, também foi considerada uma propriedade universal a todas as línguas.

---

<sup>4</sup> Do ponto de vista do número e hierarquia das partes de que se compõe a gramática, Anchieta (1990 [1595]) é, relativamente, o mais 'livre' em relação ao modelo de referência. Desenvolvida em dezesseis capítulos, sua gramática se inicia com um apanhado geral das letras, ortografia, pronúncia e acento (1-9), seguido da exposição das propriedades da morfologia dos nomes (9-10v), dos pronomes (10v-17) e dos verbos, de longe a parte mais extensa da gramática (17v-40; 46-58v), intercalada com uma enumeração das preposições (40-46). Não há capítulos especialmente dedicados aos advérbios (embora a eles se faça menção em alguns pontos da gramática), às interjeições e às conjunções. Já a gramática de Figueira (1621), que teria, entre outros, o mérito de ter ajustado a gramática de Anchieta ao cânone latino adotado pela Cia. de Jesus (Rosa 1995: 280) é a que segue, de fato, bem de perto, o modelo prisciano das 8 partes do discurso.

Nada em comum entre essa orientação filosófico-universalista e os processos envolvidos na codificação de uma língua geral, ao menos tal como se deram em contexto sul-americano (v. Rosa 1995, Altman 1997a e b). A descrição de línguas tipologicamente tão diferentes sob um ‘mesmo’ molde abriria margem, a um tempo, para a relativização da universalidade deste molde (Altman 2002) e para uma apreciação, também relativa, das diferenças linguístico-culturais (v. Zimmermann 2005). Não para a criação de uma língua artificial como um ‘Tupi-jesuítico’ (Mattoso Câmara 1977: 102-103; mas v. também Edelweiss 1969: 40), ou para uma ‘gramática geral’ das línguas gerais.

Mas não foi esse o ideário reproduzido no Brasil por Mattoso Câmara, em meados do século XX, a quem cabe novamente a autoria do único manual brasileiro de história da linguística, suficientemente abrangente, publicado até a década de oitenta.<sup>5</sup> Mesmo assim, trata-se de um conjunto de palestras destinadas a um curso de ‘história da linguística’, originalmente escritas em inglês, para um público não brasileiro que, somente alguns anos depois, seriam vertidas para o Português e publicadas em forma de livro, postumamente, em 1975.<sup>6</sup>

Mesmo constituindo, como afirma o autor na sua ‘Advertência prévia,’ apenas “... *um resumo à vol d’oiseau das grandes idéias linguísticas até nossos dias...*” o livro cresce em significado ao ser qualificado pelo próprio Mattoso como um complemento aos seus *Princípios de linguística Geral* (1a.

<sup>5</sup> Outros manuais de História da Linguística entraram no país até os anos oitenta, em versão brasileira portuguesa, espanhola ou argentina e tiveram alguma recepção nos cursos de graduação da década de setenta: principalmente, Thomsen 1945 (versão espanhola; até onde pude verificar, nunca traduzido para o português); Machado 1942 (orig. português); Leroy 1963; Guevara & Llorente 1967 (orig. espanhol); Vilanova & Lujan 1950 (orig. espanhol); Coseriu 1980; Malmberg 1964 [1959]; Mounin 1970[1967], 1972; Robins 1967; Lepschy 1971.

<sup>6</sup> Nas palavras do autor: “Este desprezioso livrinho teve sua origem num curso sobre ‘História da Linguística’, que dei no verão de 1962 na Universidade de Washington, em Seattle, Wash., como professor visitante para o Instituto Linguístico organizado por aquela Universidade em cooperação com a Sociedade Linguística da América. Elaborei, para isso, minuciosas súmulas em inglês, que, a pedido dos alunos, foram datilografadas e mimeografadas e despertaram certo interesse dentro e fora da Universidade.” (Mattoso Câmara s/d, ‘Advertência prévia’ ao seu *História Sumária da Linguística*, manuscrito inédito). Agradeço a Angela Maria Ribeiro França que me cedeu cópia de parte do manuscrito inédito de Mattoso Câmara.

ed. 1941, reimpressa em 1942), princípios esses que nortearam em grande parte as primeiras gerações de *scholars* envolvidos na institucionalização da disciplina linguística no Brasil. Neste sentido, a releitura da sua *História Sumária da linguística*' (título que originalmente lhe deu) é de fundamental importância para a elucidação da percepção que teve Mattoso, tanto das tradições linguísticas que o antecederam na cronologia da disciplina, quanto do que denominou 'correntes contemporâneas'.

E, na sua percepção, "*A linguística é uma ciência muito nova [que] começou a existir na Europa em princípios do século XIX sob o aspecto de um estudo histórico...*"(Mattoso Câmara, 1975:13), não apenas distinta da Filologia, que definiu como o estudo dos textos antigos que visa à compreensão dos traços linguísticos obsoletos a fim de captar a mensagem artística que encerram (cf. *id.*:11), mas também distinta da investigação dos aspectos biológicos relacionados à faculdade de linguagem, abordagem que denominou biológica, e da tradição filosófica grega, que denominou de estudo lógico da linguagem.

A Filologia, ao lado da tradição normativa (*Do and Don't study*) e do estudo motivado pelas situações de contato linguístico (*Foreign Language study*) constituíam, para Mattoso, o campo dos estudos *pré-linguísticos*, "... isto é, algo que ainda não é linguística." (*id.*:13). O estudo lógico (filosófico) e o estudo biológico, por sua vez, por não fazerem parte do que considerou o domínio da linguagem propriamente dito, constituíam um domínio a ele limítrofe, na sua denominação, *paralinguístico*. Na retrospectão do pensamento linguístico a que se propôs Mattoso, antes do século XIX, só era possível encontrar na tradição ocidental, estudos do tipo que denominou *pré-linguísticos* e *paralinguísticos*, e, na tradição oriental, mesmo entre os que considerou os "... países mais adiantados de então, ou seja, a China e a Índia antigas." (*id.ib.*), não houve qualquer tipo de linguística (*sic*).

A visão parcial e fortemente restrita de Mattoso da história do pensamento linguístico que, para ele, a rigor, não começou senão na Europa do século XIX, não é tão importante quanto o fato de ter sido esta a visão divulgada dentre aqueles que considero a primeira

geração de pesquisadores brasileiros que então buscavam afirmar sua autonomia enquanto linguistas. Como a *pré-linguística* e a *paralinguística* não se interromperam, segundo Mattoso, com o advento da *linguística* (cf. Mattoso Câmara, 1975:14), excluir essas tradições do então novo campo de estudos que apenas se inaugurava no Brasil era uma consequência inevitável. Ser linguista brasileiro significava naquele momento, filiar-se a uma tradição ocidental, iniciada na Europa do século XIX, e excluir-se da tradição normativa, da investigação da linguagem enquanto fenômeno biológico, da tradição do pensamento filosófico grego e, principalmente, da tradição filológica, então dominante. Como consequência, qualquer reflexão sobre a história do pensamento linguístico no contexto brasileiro encontrava (e encontrou), pois, no limiar do século XIX europeu, senão depois, o limite do seu horizonte de retrospectão.

### **A título de considerações finais**

O contexto estruturalista no qual estava inserido Mattoso Câmara nos anos sessenta, que enfatizava a especificidade estrutural das línguas naturais, em consequência, irredutíveis umas às outras, o levou a interpretar a tradição descritiva missionária como uma tentativa ‘bem sucedida’ de criação de uma língua artificial, em que as especificidades estruturais e dialetais das línguas indígenas foram propositadamente desprezadas. Nada mais distante, a meu ver, do que nos revelam essas gramáticas, quando revistas no seu contexto específico de produção, isto é, a linguística colonial renascentista. (Para uma crítica recente v. Rodrigues 1996, Leite 2003 e 2005 e Altman 2007).

Não se pode afirmar, entretanto, que descrever centenas de línguas sob o mesmo modelo latino de referência, o que tornou possível a Hervás cotejá-las e compará-las trezentos anos depois, tenha sido a intenção inicial dos missionários, e que todos os passos que deram foram, inequivocamente, nesta direção. Ao contrário, o conhecimento linguístico parece ser um processo complexo, pluridirecional, cujas continuidades (e descontinuidades) só podem ser restabelecidas pelo

historiógrafo da linguística, a posteriori, e muitas vezes, tentativamente, como no presente texto, a partir da perspectiva privilegiada do presente histórico.

Seja como for, feitas por missionários e para missionários, o impacto dessa produção linguística na esfera civil e do estado foi, de um lado — é preciso reconhecer — pequeno para alterar conceitos (arraigados) da inferioridade linguística do índio, a que corresponderia sua inferioridade social e política. De outro, foi insuficiente para se fazer visível a uma linguística européia voltada, principalmente a partir do século XVIII, para a elaboração de uma gramática universal, desinteressada, como consequência, das questões sobre diversidade linguística. Se essas gramáticas contribuíram para a formação de uma cultura linguística nova, como acredito, de base experimental, não mais estritamente 'ocidental' e 'clássica', nossa historiografia canônica não registrou.

Some-se a isso a retórica de ruptura da linguística (alemã e dinamarquesa) do século XIX que dividiu o conhecimento linguístico entre um período pré-científico, aquele que a antecedeu, e um período verdadeiramente científico, aquele que inaugurou com o método histórico-comparativo. Independentemente, pois, do seu valor descritivo, a produção linguística missionária permaneceu circunscrita ao mundo do 'exótico', da fé religiosa, da não-ciência, excluída dos projetos europeus que almejavam conferir ao estudo histórico e comparativo das línguas indoeuropéias o estatuto de uma ciência natural, e excluída, por extensão, da historiografia oficial que legitimou a *Neue Philologie* alemã como a 'verdadeira' ciência da linguagem.

Se é verdade que o linguista individual pode prescindir da dimensão histórica da sua disciplina para exercer seu ofício, também é verdade que é o passado que informa continuamente o presente. Os conceitos e os procedimentos de pesquisa que o linguista utiliza são produtos históricos. Se uma das tarefas da historiografia linguística é (re)estabelecer os pressupostos, nem sempre explicitados, com que os linguistas do

passado sustentaram suas práticas, bem como as consequências das suas proposições para o desenvolvimento do conhecimento que produzimos sobre a linguagem e as línguas, a investigação das condições passadas de produção e recepção do conhecimento linguístico, aí inclusas aquelas da chamada linguística missionária, é um passo importante para nosso entendimento das ciências contemporâneas da linguagem e das suas metodologias como um todo.

## Referências

- ALTMAN, Cristina. 1993. **Unificação e Diversificação da Linguística: Pesquisa documental de produção linguística brasileira contemporânea (1968-1988)**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Publicada em forma de livro em Munique: Lincom Europa, p.198, 2a ed. com o título de **A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo, Humanitas, p. 380, 1998.
- \_\_\_\_\_. **“Das Lições aos Princípios de Linguística Geral. Um momento de conversão estruturalista em Mattoso Câmara”**. Estruturalismo: Memória e Repercussões, org. por Hugo Mari, Ivan Domingues e Julio Pinto Rio de Janeiro: Diadorim, 1996a. p.27-38.
- \_\_\_\_\_. **“Memórias da Linguística na Linguística Brasileira”**. Anpoll 1996b, 2. p.173-189.
- \_\_\_\_\_. **“As Gramáticas das ‘Línguas Gerais’ Sul-Americanas como um Capítulo da Historiografia Linguística Ocidental.”** Actas del I Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Linguística. A Coruña, p.18-21 feb. de 1997, ed. por Mauro Fernandes, Francisco García Gondar e Nancy Vázquez Veiga. Madrid: Arco Libros, 1997a. p.151-160.
- \_\_\_\_\_. **“South American Missionaries and the Description of the General Languages”**. Texto proferido na Reunião Anual da Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas, realizado na Universidade de Luton, Inglaterra, 10 e 13 set. 1997. 1997b.

\_\_\_\_\_. **“South American Missionaries and the Components of a Descriptive Grammar”**. Texto proferido na Reunião Anual da *North American Association for the History of the Language Sciences* (NAAHoLS), conjuntamente com a Reunião Anual da *Linguistic Society of America* (LSA), realizado em Nova Iorque, Estados Unidos, 8 e 11 jan. 1998. 1998a.

\_\_\_\_\_. **‘Rules’ and ‘Use’ in 16th and 17th Grammars of South American Languages**. Texto proferido na XV Annual Meeting of Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas, realizada na Vrije Universiteit Amsterdam, Holanda, 6 e 19 set. 1998. 1998b.

\_\_\_\_\_, coord. **Nossa língua e Essoutras. Diversidade e universalidade na linguística latino-americana**. Projeto integrado CEDOCH-DL/USP. Boletim VII do Centro de Documentação em Historiografia Linguística. São Paulo: Humanitas. 2001.

\_\_\_\_\_. **“As Línguas Gerais e a Empresa Missionária Colonial. Linguagem e Representação Metalinguística”**. In Bessa Freire & Rosa, orgs. 2003. p.77-83.

\_\_\_\_\_. **“Artigos e Pronomes na Tradição Linguística Missionária da Língua mais Falada na Costa do Brasil”**. Romani en interacción: entre historia, contacto y política. Ensayos en homenaje a Klaus Zimmermann, ed. por Martina Schrader-Kniffki y Laura Morgenthaler García, Frankfurt am Main: Iberoamericana/ Vervuert. 2007. p.837-854.

\_\_\_\_\_. **Retrospectivas e Perspectivas da Historiografia Linguística no Brasil**. Revista Argentina de Historiografia Linguística 1: 2. p.115-136, 2009.

ANCHIETA, José de. **Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil**. 1595. Ed. facsimilar, São Paulo, Loyola. (1a ed. Arte de Grammatica da Lingoa mais Vlada na Cofta do Brafil. Feyta pelo padre Ioseph de Anchieta da Cõpanhia de I E S V. Em Coimbra per Antonio de Mariz, 1595; 2a ed. por Julio Platzmann, Leipzig, B. G. Teubner, 1874; 3a ed., 1876; 4a ed., Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1933; 5a ed., São Paulo, Anchieta, 1946; 6a ed., Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1980.) 1990.

AUROUX, Sylvain. **Histoire des Idées Linguistiques**. Tomos I, II e III. Bélgica: Mardaga. dir. 1989–2000

\_\_\_\_\_. **“Introduction. Le processus de grammatisation et ses enjeux”**, Histoire des Idées Linguistiques. Le développement de la grammaire occidentale. 1992a. In Auroux, dir. 1989–2000: v. II, p.11-64.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Tecnológica da Gramatização** [Trad. de Eni Orlandi]. Campinas: Edunicamp. 1992b.

BACKER, Augustin & Aloys de Backer. **Bibliothèque de la Compagnie de Jésus. Première Partie: Bibliographie**. Nova ed. por Carlos Sommervogel, S.J. Tome II. Bruxelles: Oscar Schpens; Paris: Auguste Picard. 1a ed. 1853-1861, 7 vols.; 2a ed. 1869–1876. 1891.

BESSA FREIRE, José Ribamar & ROSA, Maria Carlota. (orgs.) **Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial**. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2003.

CERRÓN-PALOMINO, Rodolfo. **“La Primera Codificación del Aimara”**. In Zimmermann, ed. 1997. p.195-257. 1997.

COLOMBAT, Bernard. **“Lês ‘Parties du Discours’ (Partes Orationis) et la Réconstruction d’une Syntaxe Latine au XVIe. Siécle”**. Langages 92. p.51-64, 1988.

COSERIU, Eugenio. **Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem. Estudos de História da Linguística**. [Trad. do esp. Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira]. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp. 1980.

DESPAUTERIUS, Johannes. **Rvdimenta**. Paris, 1528.

ECO, Umberto. **The Search for the Perfect Language**. Oxford: Blackwell. 1995.

EDELWEISS, Frederico G. **Estudos Tupis e Tupi-Guaranis**. Confrontos e revisões. Rio de Janeiro: Brasiliense. 1969.

ESCAVY, Ricardo et al., (ogs.) **Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística Nebrija V Centenario, 1492-1992, Murcia, España 1992**. Murcia: Universidad de Murcia. v. I, II, III, 1994.

FIGUEIRA, Luís. 1621. **Arte de Grammatica da Lingua Brasílica**. Lisboa: Manoel da Silva. (2a ed. Lisboa, Miguel Deslandes, 1687; 3a ed. Arte de Grammatica da Lingua do Brasil, 1754; 4a ed. Arte da grammatica da lingua do Brasil. LISBOA, OFFICINA PATRIARCAL, **Grammatica da lingua geral dos indios do Brasil**, Salvador, 1851; 6a ed. facsimilar, **Grammatica da Lingua do Brasil**, por Julius Platzmann, Leipzig, Teubner, 1878[1687]; 7a ed. Arte de gramatica da lingua brasílica, Rio de Janeiro, S.N., 1880; ed. alemã por Julius Platzmann, 1899.) 5a ed. 1795.

GILIJ, Filippo Salvatore. **Saggio di Storia Americana o sia Storia Naturale, Civile, e Sacra De regni, e delle Provincie Spagnuole di Terra-Ferma nell' America Meridionale Descritta dall' Abbate Filippo Salvatore Gilij**. T. 1-4. Roma, 1780–1784.

GIMENES, Luciana. **As Formas de Saber sobre as Línguas do Brasil no Século XVI**. Uma contribuição para Historiografia Lingüística do Brasil Colonial. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1999. p.192, com índice de nomes.

GUEVARA, Maldonado de & ANTONIO Llorente. **Teoria de la Lengua e Historia de la Linguistica**. Madrid: Alcala. 1967.

HERVÁS Y PANDURO, Lorenzo. **Catálogo de las Lenguas de las Naciones Conocidas, y Numeración, División, y Clases de éstas según la Diversidad de sus Idiomas y Dialectos.** 6 vols. [1800–1805]. Madrid: Ediciones Atlas. 2a ed. esp., Madrid: Imp. Admin. del Real Arbitrio de Beneficencia, 1802; 1a ed. it., *Catalogo delle Lingue Conosciute e Noticia dell loro Affinitá, e Diversitá.* Cesena, 1785. 1979. \_\_\_\_\_ . **I. Catalogo delle Lingue.** [1785] Estudio y selección de obras básicas de Antonio Tovar. Madrid: Sociedad General Española de Librería. 1986.

LAW, Vivien. **The History of Linguistics in Europe.** From Plato to 1600. Cambridge: University Press. 2003.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Tomo II (Século XVI <sup>3</sup>/<sub>4</sub> A Obra). Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1938.

LEITE, Yonne. **“A Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil e as Línguas Indígenas Brasileiras”.** In Bessa Freire & Rosa, orgs. 2003. p.11-24.

\_\_\_\_\_. **“Arte de Gramatica da Lingua mais Usada na Costa do Brasil. A criterion for evaluation”.** In Zwartjes & Altman, eds. 2005: 191-204.

LEPSCHY, Giulio. **A Linguística Estrutural.** [Trad. de Nites Therezinha Feres do orig. *La Linguistica Strutturale*, 1966]. São Paulo: Perspectiva. 1971.

LEROY, Maurice. **Les Grands Courants de la Linguistique Moderne.** Bruxelles: Université Libre de Bruxelles. (Trad. brasileira de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1971.) 1963.

MACHADO, José Pedro. **Breve História da Linguística.** Lisboa: Inquérito. 1942.

MALMBERG, Bertil. **New Trends in Linguistics: An orientation.** [1959]. Stockholm & Lund: Naturmetodens Språkinstitut. (Trad. brasileira de Francisco da S. Borba, **As Novas Tendências da Linguística. Uma orientação à Linguística Moderna**, São Paulo, Nacional, 1971.) 1964.

MAMIANI [della Rovere], Luis Vincencio. **Arte de Grammatica da Língua Brasilica da Naçam Kiriri.** [1699] 2a ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. (1a ed., Lisboa, Miguel Deslandes; trad. alemã por Hans Conon von der Gabelentz, Leipzig, F.A. Brockhaus, 1852.) 1877.

\_\_\_\_\_. **Princípios de Linguística Geral como Fundamento para os Estudos Superiores da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Briguiet. (Reimpr. em 1942.) 1941.

\_\_\_\_\_. **História da Linguística.** Petrópolis: Vozes. [1962]. (Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo dos originais manuscritos em inglês de 1962.) 1975.

\_\_\_\_\_. **Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1977. 3a ed.

MELIÁ, Bartomeu, Marcos Vinicius de Almeida Saul e Valmir Francisco Murraro. **O Guarani. Uma Bibliografia etnológica.** FUNDAMES. Centro de Cultura Missionera. Santo Angelo: Fundação Nacional Pró-Memória. 1987.

MENDIBURU, Manuel. **Diccionario Historico Biografico del Peru.** Lima, 8 vols. 1874–1890.

MOUNIN, Georges. **História da Linguística: Das origens ao século XX.** [Trad. portuguesa de de F. J. Hopffer Rêgo, do orig. francês, **Histoire de la linguistique: des origines au XXe siècle.** Paris, PUF, 1967]. Porto: Despertar, 1970 [1967].

\_\_\_\_\_. **A Linguística do Século XX**. (Trad. brasileira de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira do orig. francês *La Linguistique du XX.e siècle*. Paris, PUF, 1972.) Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes. 1972.

MUÑOZ Y MANZANO, C. (Conde de la Viñaza). **Bibliografía Española de Lenguas Indígenas de América**. Madrid: Est Tipográfico “Sucesores de Rivadeneyra”. (Reimpr. Madrid, Editorial Atlas, 1977.) 1892.

NEBRIJA, Antonio de. **Introductiones Latinae**. [1481] Salamanca. 1981.

OSTLER, Nicholas. **The Social Roots of Missionary Linguistics**. Missionary Linguistics/ Linguística Misionera. Zwartjes e Hovdhaugen, eds., 2003. p. 33-46.

PARADA, Vânia & Cristina Altman. **“O Catálogo de Lorenzo Hervás, ou a Babel Americana”**. Texto apresentado como painel do Grupo de Estudos em Historiografia Linguística (CEDOCH-DL/USP) <sup>3</sup>/<sub>4</sub> O Tratamento da Diversidade Linguística <sup>3</sup>/<sub>4</sub> durante o XV Encontro Nacional da ANPOLL, realizado na Universidade Federal Fluminense, 4 a 7 jun. 2000, reproduzido no *folder* que acompanha a exposição, 2000. p. 6.

PARADA, Vânia. **As línguas da América do Sul no século XVIII**. Catálogo, Vocabulário e Saggio de Lorenzo Hervás. Dissertação de Mestrado/ CNPq-CEDOCH-DL/USP. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 2002.

PASTELLS, R. P. 1912–1915. **Historia de la Compania de Jesus, en la Provincia del Paraguai (Argentina, Paraguay, Uruguay, Peru, Bolívia y Brasil) segun los documentos originales del archivo general de Indias**. Madrid: Victoriano Suarez. (Reimpr. Madrid: Consejo Superior de Investimento Científico, 1946.)

RIDRUEJO, Emilio. **Las Primeras Gramáticas Del Náhuatl y el Proceso de Gramatización de las Lenguas Filipinas**. In **I Simposio Antonio Tovar sobre Lenguas Ameríndias**, coord. por Emilio Ridruejo & Mara Fuertes, p.117-139. Valladolid: Instituto Interuniversitario de Estudios de Iberoamérica y Portugal. 2000.

ROBINS, Robert Henry. **A Short History of Linguistics**. London: Longman; Bloomington: Indiana Univ. Press. (3a ed., 1990; trad. brasileira de Luiz M. Monteiro de Barros, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1983.) 1967.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. “**Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas**”. DELTA. Revista de Documentação em Linguística Teórica e Aplicada 9.1. p.83-103. São Paulo: Associação Brasileira de Linguística, 1993.

\_\_\_\_\_. **Línguas Brasileiras**. Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola. 1994.

\_\_\_\_\_. “**As Línguas Gerais Sul-Americanas**”. Papiá 4. 2. p.6-18. 1996.

\_\_\_\_\_. “**Descripción del Tupinambá en el Período Colonial: el Arte de José de Anchieta**”. In Zimmermann, org. 1997. p.371-400. (Versão publicada de texto proferido durante o Colóquio Internacional sobre descrição das Línguas Ameríndias no Período Colonial. Berlin, Ibero-Amerikanisches Institut, 1995.) 1997.

ROSA, Maria Carlota. “**Acerca das Duas Primeiras Descrições Missionárias de Língua Geral**”. Amerindia. Revue d’Ethnolinguistique Amerindienne 19/20. p.273-184. 1995.

SEDOLA, Sabina Collet. “**La Castellанизación de los Indios (S. XVI-XVII). Conquista del Nuevo Mundo y conquista lingüística**”. In Escavy et al., eds. 1994. p.81-99.

SWIGGERS, Pierre. **Histoire de la Pensée Linguistique**. Paris: PUF, 1997.

TASHIRO, Eliza. **Documentação Missionária e Tradição Autóctone sobre a Língua Japonesa: Padrões em Língua e Padrões em Historiografia Linguística**. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 2003.

THOMSEN, Vilhelm (Ludvig Peter). **História de la Linguística**. [Trad. de Javier de Echave-Sustaeta da versão alemã de H. Pollack, *Geschichte der Sprachwissenschaft bis zum Ausgang des 19. Jahrhunderts, Kursgefasste Darstellung der Hauptpunkte*, 1927.) Barcelona: Labor, 1945. (1a ed dinamarquesa, 1902).

TOVAR, Antonio. **Catálogo de las Lenguas de América del Sur. Enumeración, con indicaciones tipológicas, bibliografía y mapas**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1961. (Nova ed. revista Madrid, Gredos, 1984.)

VILANOVA, Antonio e Nestor Lujan. **Nociones de Historia Linguística y Estética Literaria**. Barcelona: Teide. 1950.

WONDERLY, William L. & Eugene A. Nida. **“Linguistics and Christian Missions”**. *Anthropological Linguistics* 5.1. p.104-144. 1963.

ZIMMERMANN, Klaus. **La Descripción de las Lenguas Amerindias en la Época Colonial**. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana. ed. 1997.

\_\_\_\_\_. **Traducción, Préstamos y Teoría del Lenguaje: La práctica transcultural de los lingüistas misioneros en el México del siglo XVI**. In Zwartjes & Altman, ed. 2005. 2005. p.107-136.

ZWARTJES, Otto & Cristina Altman. **Missionary Linguistics II/ Linguística Misionera II**. Orthography and Phonology. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. eds. 2005.

\_\_\_\_\_ & Even Hovdhaugen, **Missionary Linguistics I/ Linguística Misionera I**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. eds. 2003.

\_\_\_\_\_, Gregory James & Emilio Ridruejo. **Missionary Linguistics III/ Linguística Misionera III**. Morphology and Syntax. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins. eds. 2007.

\_\_\_\_\_. **“The Description of the Indigenous Languages of Portuguese America by the Jesuits during the Colonial Period. The impact of the Latin grammar of Manuel Álvares.”** *Historiographia Linguística* 29.1/2. p.19-70. 2002.